

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação – Trabalho 940

O CORPO “FALA” POLITICAMENTE: AS PERFORMATIVIDADES DAS/NAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS DO PARANÁ

Marcielly Cristina Moresco – UFPR

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

O espaço de luta e o corpo performático se tornam o meio e o fim para o direito de aparecer. Mas, existiria algum efeito desse espaço político e das performatividades incorporadas (teatral, linguística, de gênero, política, feminista, etc) nos sujeitos? Este ensaio sugere uma reflexão sobre esse questionamento inicial sob um olhar atento das ocupações secundaristas de 2016, em Curitiba e Região Metropolitana, no Paraná. Assim, baseando-se, sobretudo, no conceito de “performatividade política” de Judith Butler, traçam-se algumas suspeitas sobre esses corpos, e essas corporalidades, reunidas num mesmo espaço físico, reivindicando seus direitos, produzindo ações políticas e transformando quem participa.

Palavras-chave: Corpo; Gênero; Ocupação; Performatividade Política.

INTRODUÇÃO

23 de setembro de 2016: Ministério da Educação publica a Medida Provisória n.º 746, que reorganiza o Ensino Médio, trazendo surpresas, incertezas e insegurança aos estudantes e professores das escolas públicas do país.

03 de outubro de 2016: inúmeras pessoas recebem mensagem no celular informando que a primeira escola estadual no Paraná havia sido ocupada por estudantes naquela noite, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, capital do Estado. Começava um movimento sem precedentes na história do movimento estudantil do Paraná. O movimento de ocupação cresceu vertiginosamente: em 48h, foram sete escolas ocupadas; em três dias, 27; em uma semana, eram 121 em todo o Paraná. O movimento de ocupação começou a perder forças aproximadamente na segunda metade de outubro motivado pelas reintegrações de posse e pressões por parte da comunidade escolar e demais pessoas contrárias às ocupações, mas contabilizou em média mais de 59 escolas ocupadas por dia nas quase duas semanas de movimento. Foram mais de 1.197 as ocupações em todo o País, em 2016. No Paraná, foram

836 escolas, 14 universidades e três Núcleos Regionais de Educação (NRE) (dados oficiais do Ocupa Paraná¹).

Um ano antes, em outubro e novembro de 2015, o Estado de São Paulo sentiu a força do movimento estudantil com as ocupações escolares. Na ocasião, o governo estadual planejava a reestruturação da rede escolar, incluindo fechamentos de escolas. Ao todo, foram 213 escolas ocupadas, de acordo o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

Esse movimento de ocupação em São Paulo teve grande importância para as ocupações do ano seguinte, no Paraná. Era unânime a resposta sobre a inspiração para as ocupações: a mobilização estudantil em São Paulo e a Revolta dos Pinguins², no Chile.

Essa grupalidade de corpos reunidos em um mesmo espaço, lutando pelos mesmos propósitos e demandas é o tema desse artigo, que busca em teóricas e teóricos pós-estruturalistas reflexões sobre os efeitos que esse espaço político promove nos sujeitos.

Butler, em *“Notes Towards a Performative Theory of Assembly”* (2015) (“Notas para uma teoria performativa de assembleias”, ainda sem tradução), convoca a pensar “sobre o que significa reunir em uma multidão”. E acrescenta que, diante dessas novas formas de prática política que são as *“assemblies”* (assembleias, encontros públicos, acontecimentos políticos, reunião de corpos³), “os corpos em sua pluralidade reivindicam o público” (BUTLER, 2015, p. 71). A prática política abordada neste artigo trata-se de uma assembleia pública de corpos – as ocupações secundaristas – que não só aconteceram no espaço destinado, que é a escola, mas também buscaram a rua, a mídia e outros prédios públicos.

Nesta obra, Butler sugere que a teoria da performatividade é uma maneira de pensar que o poder de uma linguagem pode criar novas situações ou ações com diversos efeitos de transformação. E ainda, como essas assembleias políticas de encontros entre/com corpos produzem um “novo sujeito” que não pré-existia àquele momento.

¹ Ocupa Paraná é o movimento oficial em apoio aos estudantes do Estado do Paraná. Dados disponíveis em: <http://ocupaparana.org/>. Último acesso em: 10 jan. 2017.

² A mobilização estudantil conhecida como Revolução ou Revolta dos Pinguins devido ao tradicional uniforme utilizado pelos estudantes, aconteceu entre abril e junho de 2006, no Chile, motivada por uma série de reivindicações pleiteadas pelos estudantes, bem como o descontentamento dos mesmos em relação às reformas da educação propostas pelo governo. A mobilização reuniu mais de 600.000 estudantes em todo o país.

³ Em entrevista para o jornal Die Zeit (outubro/2016), Butler sugere também algumas outras traduções ou interpretações para o termo “assembly/assemblies”: reuniões em massa, movimentos de massa, motins, multidões. Disponível em: <http://www.zeit.de/kultur/2016-10/judith-butler-donald-trump-populism-interview>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Parte-se do entendimento que a assembleia pública dos corpos se tornou um fenômeno central da política contemporânea, não só do país, mas globalmente⁴. E que, se essa grupalidade tem o poder de produzir algo ou um novo sujeito, estaria também produzindo uma performatividade e, portanto, confirmaria a teoria performativa. Nesta obra, a filósofa acredita que a ocupação de espaços por corpos tem o poder de falar, pois o corpo possui demandas, possui direitos e a ocupação ou grupamento de corpos seria o ato performativo político incorporado de dizer isso.

Mais alguns exemplos globais e contemporâneos que ilustram esse argumento são: a Primavera Árabe na Tunísia (2010), no Egito, na Síria e na Líbia (2011); a Occupy Wall Street, em Nova York (2011); a SlutWalk/Marcha das Vadias, em todo o mundo (2011 até hoje), Jornadas de Junho no Brasil (2013); as greves das mulheres na Polônia e na Argentina (2016) e as ocupações das escolas estaduais brasileiras em 2015 e 2016.

Butler (2015, p. 126) sugere considerar a existência de várias formas de assembleia/grupamentos políticos e explica: muitas delas não acontecem nas ruas ou nas praças porque esses espaços não são formas simbólicas da ação política. Hannah Arendt, especificamente em seu artigo de 1957 “*A crise na Educação*”, defende que haja uma separação entre educação/escola e política. Pois, assim são as escolas, até hoje também não consideradas centros simbólicos de fazer política. Mas, o que as ocupações secundaristas sugerem é exatamente o contrário: a escola é um laboratório político.

⁴ Muitas das reflexões apontadas neste artigo foram motivadas, sobretudo, das discussões durante disciplina ministrada pelo Prof. Dr. André de Macedo Duarte.

Os corpos ocupantes produzem algo “novo”?

O corpo em Foucault é o lócus e a condição para a subjetividade. Foucault defende que consciência e subjetividade não podem ser separadas do corpo e que o poder opera na materialidade desse corpo de modo a produzir a alma e os conceitos de psique, subjetividade, personalidade e consciência. A genealogia foucaultiana sobre o corpo e sobre o efeito do poder sobre ele está em *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade Vol. 1*, e em alguns ensaios e entrevistas como em *O Nascimento da Clínica*, *O Uso dos Prazeres* e *O Cuidado de Si* (MCLAREN, 2016).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault analisa como as mudanças no exercício do poder que opera sobre o corpo, como as várias formas de punição, classificadas como a execução (direito de morte) e o aprisionamento (poder sobre a vida). Na sua concepção de corpo passivo, Foucault reconhece a história como grande influenciadora e de como o corpo é moldado por diversos regimes. Na obra, o pensador francês analisa como a microfísica do poder atua produzindo corpos dóceis, sujeitados, transformados, disciplinados, usados e aperfeiçoados.

Os corpos submetidos às disciplinas são também moldados por sistemas complexos e por instituições envolvendo arquitetura, funcionalidade e hierarquia, cujo poder opera para normalizar os sujeitos, os comportamentos, os corpos. Os controles dos corpos na escola, por exemplo, ocorre por meio do estabelecimento de atividades temporais para execução, com horários cronometrados para evitar a ociosidade e manter o corpo em um movimento de gestos e ações previamente situados também.

Observa-se que em *Vigiar e Punir*, o poder sobre os corpos opera por meio das disciplinas e normas, já em *A História da Sexualidade Vol. 1*, Foucault analisa como o poder opera por meio do discurso (*dispositif*) (MCLAREN, 2016). Nesta obra, o filósofo francês discorre como o sistema poder-saber-fazer mantém o *dispositif* na sexualidade dos sujeitos, uma vez que a sexualidade tem seu desenvolvimento no e por meio do corpo – individual e político - mediante diversas formas discursivas.

No individual, o poder centra o corpo como máquina e seu controle ocorre por meio das disciplinas anátomo-políticas, com face para a individualização, o adestramento, o treinamento e ampliação de força, aptidões, etc. Já em nível político, o corpo é submetido a formas de poder chamadas por Foucault de Biopoder, no qual há o controle biológico, centrando o poder no corpo-espécie, regulando populações, como taxas de nascimento, mortalidade, nível de saúde, longevidade, etc. Esses dois polos constituem a organização do

poder sobre a vida, cujo objetivo é o investimento sobre ela, de cima para baixo; demonstrando o deslocamento do poder soberano – com o direito de causar a morte ou deixar viver – para um direito ao corpo social e seu desenvolvimento, dentro das tecnologias de poder.

Em *Bodies that Matter* (1993), Judith Butler discorre também sobre uma polaridade de corpos: os que importam e possuem materialidade, e os que não importam, estes abjetos e sem matéria. Essa polaridade constitui, assim, a materialidade corpórea como um efeito de uma dinâmica de poder, lembrando o binarismo pensado nas obras de Michel Foucault e Homi Bhabha, entre dominante e dominado.

A filósofa contesta, na verdade, o conceito de corpo foucaultiano. Ela afirma que o conceito de Foucault é paradoxal, apresentando o corpo como determinado pela cultura, mas por outro lado é naturalista, não mediado pela cultura, apoiando um corpo pré-discursivo. Ou seja, se Foucault afirma que o corpo é inscrito e gravado pela história, pressupondo que ele também seja natural ou pré-cultural.

Sobre a materialização dos corpos – esse processo de marcação, de molde, de significação, quem seria o responsável? O “sexo”. Butler (1993, p. 18-19) define o “sexo” como uma norma, baseando-se naquilo que Foucault chama de “ideal regulatório”, cuja materialização ocorre ou deixa de ocorrer de forma imposta. Segundo a autora, como um construto ideal, o “sexo” é um processo, ou seja, se materializa ao longo do tempo, sem uma condição estática, aberto à rematerialização, às instabilidades, às rearticulações, etc. O “sexo”, para Foucault (2015), é uma importante categoria de “desvios” e “normalização” da sociedade, pois classifica entre os “normais” e os “anormais”. Uma categoria previamente dada, já significada, ou seja, uma construção também que só o pode ser a partir dos discursos.

As normas regulatórias do “sexo” agem como formas performativas para a constituição da materialidade dos corpos (seja a materialidade do sexo dos corpos e/ou a diferença sexual). Performatividade, nesse caso, são os atos que reiteram o discurso de produção de regulação, transformando-o em verdade. Assim, os corpos são constantemente regulados por essa instância “sexo” que não é mais um dado corporal e natural sobre o qual o gênero é imposto, mas como uma norma cultural que o governa (BUTLER, 1993). Nota-se aqui que o corpo não é um signo de matéria neutra, sem valência, mas é a materialização de significados construídos culturalmente; não significa que é isento às exclusões ou negação de outras identidades, mas pensado a partir de uma matriz discursiva imperativa heterossexual (ou o dispositivo sexual, na matriz foucaultiana).

As formas de performatividade linguística e formas de performatividade corporal não são “completamente distintas, mas também não são idênticas” (BUTLER, 2015, p. 09). Butler recorre inicialmente ao conceito de performatividade na linguística, com Austin, Derrida, Pierre Bourdieu e Eve Kosofsky. Atos performativos, diz ela, é, em primeira instância, um caminho para nomear uma linguagem forte/com poder sobre uma determinada situação ou sobre seu efeito. São formas de falar que dão sentido a uma autorização, portanto, a maioria das expressões performáticas ao serem pronunciadas também age e exerce um poder vinculante, embora nem toda performatividade seja provida de potencial crítico ou subversivo (BUTLER, 2016). Segundo ela, a primeira performatividade linguística é creditada a Deus, para os mais crentes, quando ele diz: “E se fez a luz!”.

Em seguida, há a materialização dos discursos presidenciais, a exclamação do padre casando duas pessoas: “eu vos declaro marido e mulher!”, ou quando o médico define o “sexo” do bebê: “é menino” ou “é menina” (BUTLER, 2015, p. 28). Esta última performatividade linguística demonstra a relação com a teoria da performatividade de gênero, na qual o indivíduo manifesta sua performance em relação às normas de gênero. Para a filósofa, o sujeito não “escolhe” um gênero, mas o manifesta de acordo com a normatividade social. Nesse caso, gênero também é uma prática reguladora da formação identitária. Como a autora diz, é um ideal normativo e não uma característica descritiva oriunda da experiência ou da cultura.

Mas, Butler vai muito mais além da performatividade como um poder de linguagem e de discurso; a filósofa “materializa” e “corporaliza” a performatividade. Portanto, ela se torna muito mais um lugar no qual se desempenha um “papel de gênero”, onde se coloca em ação um modelo imitado, com certa repetição. Pode-se dizer, portanto, que o gênero é uma repetição maleável. Assim como ele, o sexo, o desejo, as práticas sexuais e o corpo são produzidos por atos discursivos e performáticos, como efeitos múltiplos e, muitas vezes, difusos, a partir de relações de poder e normatividades (resgatando Foucault e Nietzsche) que estão presentes nas significações, instituições, práticas sociais, comportamentos, representações, discursos, etc, ligados à categoria de “sexo” (BUTLER, 2016).

A performatividade política incorporada é a ação que passa por esse corpo com demandas; este corpo sexualizado que não é “permitido”, que é privado de aparecer fora do estado atual de ocupação da escola.

“[...] Nessa ocupação aprendi e vivi muitas coisas que dificilmente viveria na minha rotina escolar. Lá aprendi a lidar com diferentes personalidades,

nunca fui tão respeitado antes. Sou trans não binário com expressão de gênero masculina, então, por exemplo, na aula de educação física a prof dividiu os meninos e meninas e eu não sabia onde ficar [...]” (depoimento publicado em Schmidt; Divardim; Sobanski, 2016).

Guacira Lopes Louro (2000) lembra que historicamente a educação considera o corpo uma preocupação recorrente nas práticas pedagógicas. O disciplinamento e o “governo” (VEIGA-NETO, 2005) dos corpos sempre foram anatomias políticas presentes nas escolas, sob formatos variados, como vigilância, controle, correção, coerção, condução, construção de corpos binários (feminino e masculino), toda a distribuição espacial e temporal, gestos, movimentos, entre outros⁵. “O disciplinamento dos corpos acompanhou, historicamente, o disciplinamento das mentes” (LOURO, 2000, p. 60). Com isso, percebe-se que o corpo sempre foi uma preocupação das instâncias pedagógicas, mas numa perspectiva de demarcação corporal, sobretudo com as marcas de gênero, de etnia/raça e sexual.

Os corpos em assembleia “dizem”: “nós não somos descartáveis” (BUTLER, p. 18, 2015). Mesmo que permaneçam em silêncio, como em uma vigília, funerais ou atos de resistência ou contraconduta silenciosos, essas ações corporais concertadas ou orquestradas têm o objetivo de “dizer” que esses corpos existem, não são descartáveis e possuem o “direito de aparecer” e de viver uma “vida vivível”. São formas não necessariamente vocalizadas ou escritas, portanto, podem também usar o silêncio para reivindicar.

“E em menos de uma semana o resultado foi meninos e meninas juntos cozinhando no CEPAE. E meninos e meninas limpando juntos o CEPAE. E meninos e meninas juntos fazendo ronda durante a noite” (depoimento publicado em Schmidt; Divardim; Sobanski, 2016).

Estas são possibilidades de expressão que são, ao mesmo tempo, negociação de dependência e resistência entre os corpos que podem aparecer. Já os corpos ineleáveis precisam de alianças, que envolve performatividade corporal e plural de posicionamentos. São subversões individuais das normas de gênero, mas com manobras performativas e com intenção política plural. O político, aqui, é sobre o aparecimento comum de uma pluralidade de corpos, mesmo que este aparecimento tenha um caráter performativo.

Nas assembleias, portanto, a performatividade é política e é incorporada. Nas demonstrações políticas, as ações incorporadas não são estritamente faladas ou escritas, dependendo sempre das demandas particulares. Essas formas de performatividade

⁵ Em “Vigiar e Punir”, Foucault exemplifica as diferentes técnicas e estratégias adotadas para disciplinar, docilizar e escolarizar os corpos.

incorporada e plural são importantes componentes para compreender “quem” constitui “the people⁶”, ou esse corpo político e suas demandas.

A demanda performática das ocupações é de corpos políticos, isto é, de corpos que experimentam a política e o poder que a ocupação oferece. Alguns dos corpos tão jovens ali reunidos de forma organizada, mas ao mesmo tempo sem um planejamento mecânico ou hierarquias, nunca vivenciaram esse fenômeno e performam politicamente pela primeira vez.

Há, portanto, uma mudança na experiência política de cada estudante durante a ocupação. Alguns, mais entusiastas da participação política, tinham como única experiência a rua, com os atos que aconteceram em Curitiba, tal como as “Jornadas de Junho”⁷ entre outros protestos feministas e políticos pela cidade. Alguns estudantes que integravam o Grêmio Estudantil do colégio, mas a maioria das alunas e alunos ocupantes estava tendo sua primeira experiência política ali, na sua própria escola e naquele momento. Assim, as ações incorporadas ou os corpos em ação transformam e alteram o próprio corpo no espaço político, (des)configurando o próprio sujeito. Pode-se dizer que se cria um “novo” sujeito que também não pré-existia a essas ocupações secundaristas.

“Ocupação é aprendizado em todos os sentidos. É consciência de mundo, de classe, de gênero. É amadurecimento, são laços que se formam, ocupação é mudança. E a mudança dos meninos em relação à cozinha é prova disso” (depoimento publicado em Schmidt; Divardim; Sobanski, 2016).

Essas formas incorporadas criam uma relação entre os corpos, deixando de ser individual para ser “o corpo com outros corpos em uma zona visível” (BUTLER, 2015, p. 09), ou seja, não é “este corpo”, mas “estes corpos” que requerem ou demandam, afinal, mesmo individualmente os corpos já estão na política de coalizão e aliança: “O corpo é por si mesmo um exercício do direito de aparecer” (p. 83). Entretanto, as lutas, lembra a filósofa, são sempre desencadeadas por corpos abjetos, proibidos ou desincorporados, ou seja, corpos

⁶ Toda assembleia pública instaura ou enuncia um “povo”. Mas, quem pode pertencer ou quem é excluído dessa noção de “povo”? Butler (2015) preocupa-se muito mais em saber quem está sendo incluído nessa instância de reivindicação, pois não é uma realidade dada e abrangente, mas que está em constituição e desconstituição, dependendo das lutas, dos marcadores sociais, das manifestações, etc.

⁷ Também conhecidas como “Manifestações de Junho”, representa umas das maiores da história do país. Em junho de 2013, a população brasileira ocupa as ruas das principais capitais. O Movimento Passe Livre (MPL) foi o responsável pelo encadeamento dos protestos na rua motivados pelo reajuste na tarifa do transporte público de São Paulo. Com forte repressão da Polícia Militar do Estado, a indignação tomou proporção nacional e o mote das manifestações seguintes anunciava “Não é só pelos 20 centavos” [de aumento na tarifa]. As manifestações, orquestradas, sobretudo, pela população jovem, generalizaram-se e levaram para as ruas protestos de diversas frentes: contra os altos investimentos para a Copa do Mundo no Brasil, a favor da democratização dos meios de comunicação, melhores condições para a educação e saúde (com argumentos “escolas e hospitais padrão FIFA”), entre outros.

que já estão em precariedade social, étnico-racial, sexual, de gênero, de aparência física, entre outros.

Dessa maneira, o espaço de luta e de performatividade se tornam o meio pelo qual as alunas e os alunos exercem seu direito político de aparecer. Além da escola constituir o espaço de luta das ocupações secundaristas de Curitiba e Região Metropolitana de 2016, por onde experimentam a vivência política, também a rua, com as performatividades políticas incorporadas desde o momento de decisão de ocupar, até os bloqueios das vias, dos jograis, das marchas/caminhadas; E compreende também a mídia, por meio da qual as/os estudantes ocupantes se comunicavam com a sociedade usando as redes sociais e, além disso, a mídia tradicional, a qual levava informação (muitas vezes, também performada) às pessoas.

Considerações...

Talvez, nunca antes na história, os corpos foram tão epicentro das demandas sociais e políticas. As implementações populistas e conservadoras do neoliberalismo são meios de oposição à igualdade entre os corpos, principalmente entre minorias (mulheres, minorias raciais, minorias imigrantes, LGBTIs, entre outros). E, como se ressalta neste trabalho, a mídia tem um papel constitutivo nessa produção de corporalidades inteligíveis. Ela não só produz informação e a veicula, como também é uma produtora de subjetividades corpóreas, causando um efeito de emoção explícita sobre essas formas reacionárias contemporâneas.

Mas, pensando os corpos em ação em assembleias públicas, é possível perceber que as ocupações transformam os sujeitos que estão ali. Quem sabe modificam também seu mundo ao em torno. Pensar a performatividade política e corporal das assembleias públicas à luz da teoria de gênero da Butler leva como efeito uma revisão do próprio conceito de (ação) política e do espaço de aparência.

O que a filósofa alemã Hannah Arendt subestimava – talvez nem imaginasse – era que os movimentos de ocupações secundaristas demonstrassem que política e educação estão permeadas dentro de um espectro de ações. As intensidades e frequências com que as ocupações ocorrem são provas de que a educação e a escola entram em uma “nova” configuração. Qual o novo significado da escola diante da sua crise disciplinar? (VEIGA-NETO, 2000). De fato, a configuração dessa instituição talvez nem seja tão nova, no entanto, com as ocupações, surgem modernas formas de produção de subjetividades, performatividades políticas, corporalidades e alianças.

Dentro dessa “nova” configuração, os corpos revelam a verdade das sexualidades dos sujeitos. De uma perspectiva arendtiana, a sexualidade deixa de ser privada, pessoal; com as performatividades incorporadas, a sexualidade passa a ser política e pública, inter-relacionada com as diferentes formas de poder. Foi o que motivou esta investigação nas ocupações secundaristas.

É provável que a educação brasileira esteja entrando em outra crise com a implementação das reformas do ensino médio brasileiro. Porém, mais grave do que a própria crise, são os sujeitos não a compreenderem como uma oportunidade para se pensar criticamente (CÉSAR; DUARTE, 2010). As reformas educacionais e institucionais que já começaram a vigorar no país em 2016 podem significar o ensejo de notar as subjetividades existentes e as precariedades de todo o sistema educacional e, dentro do aspecto arendtiana, talvez seja possível também reexaminar o papel da educação contemporânea e o papel dos corpos performáticos.

Referências

ARENDR, Hannah. A crise na educação In: **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 221-247.

BUTLER, Judith. **Notes Toward a Performative Theory of Assembly**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2015.

_____. **Problemas de Gênero** – feminismo e subversão da identidade. Trad.: Renato Aguiar, 11.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of “Sex”**. New York: Routledge, 1993.

CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de M. Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo. **Educ. Pesquisa** vol. 36, n.º. 3, São Paulo: Set./Dez. 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Parte 1 - A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2.^a ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento das Prisões**. Trad. Raquel Ramallete. 42.^a ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, Escola e Identidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 25, n.º 2, julho/dezembro/2000, p. 59-76.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; DIVARDIM, Thiago; SOBANSKI, Adriane. **#OcupaPR 2016** – Memórias de Jovens Estudantes. Curitiba: W&A Editores, 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governo ou Governmento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 5, n.º 2, p.79-85, jul/dez, 2005.